

# Diário do Legislativo de 23/09/1998

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

### 2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

### 3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Adauto

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haueisen e Paulo Pettersen

### 4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcellos

### 5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

### 6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líderes: Djalma Diniz e Jorge Hannas

### 7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

### 8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Alencar da Silveira Júnior e Bené Guedes

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelman Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Ivair Nogueira PDT

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

##### SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PDT Vice-Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

##### SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrus PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Bené Guedes PDT

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTE:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Jorge Hannas PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Jorge Hannas PFL

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

#### COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Marcos Helênio PT

#### COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Aducci PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

#### COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

##### EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

##### SUPLENTES:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

##### SUMÁRIO

###### 1 - ATAS

###### 1.1 - Reuniões Ordinárias

###### 2 - ORDEM DO DIA

###### 2.1 - Plenário

###### 3 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO

###### ANTERIOR

#### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### ATAS

###### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 17/9/98

Presidência do Deputado Raul Lima Neto

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

##### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Anivaldo Coelho - Arnaldo Canarinho - José Braga - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Raul Lima Neto - Wilson Trópia.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Raul Lima Neto) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 22, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 22/9/98.).

#### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA EM 22/9/98

Presidência do Deputado Wilson Trópia

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Maria Olívia - Alencar da Silveira Júnior - Anivaldo Coelho - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Marco Régis - Marcos Helênio - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Paulo Schettino - Wilson Trópia.

#### Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wilson Trópia) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 23/9/98.).

#### ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 407ª reunião ordinária, em 23/9/98

#### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Mauri Torres emitiu parecer pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto. Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.827, que cria a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Minas Gerais, dispõe sobre seu funcionamento e sua estrutura e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.834, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito com o BNDES para o fim que menciona. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.837, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Arnaldo Penna opinou pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela solicitou o prazo regimental para emissão do parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

## Discussão e votação de pareceres de redação final.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

406ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/9/98

O Deputado Irani Barbosa\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no mês de agosto passado, fiz uma série de acusações a setores da nossa classe médica em Minas Gerais e - por que não dizer - no Brasil inteiro. Foram publicadas algumas matérias por entidades de classe intituladas "Carta aberta ao Deputado Irani Barbosa".

Utilizando a lei de imprensa, estou requerendo o direito de resposta nos veículos de comunicação que publicaram a devida matéria, valendo-me da Lei nº 5.250, de 1967. E a carta que iremos publicar é a seguinte: (- Lê:)

#### Carta aberta às Entidades Representantes da Classe Médica

É evidente o caos da saúde. O motivo alegado é sempre o mesmo: falta de verbas. Mesmo após a criação da CPMF, a causa não mudou.

Os cargos de Ministro da Saúde, Secretários de Estado da Saúde, Secretários Municipais de Saúde, Diretores de hospitais públicos são sempre ocupados por médicos.

Cabem a eles definir a política de saúde, dirigir e controlar a aplicação dos recursos e também controlar a produção e a qualidade dos medicamentos consumidos pela população. A vigilância sanitária é um trabalho afeto ao Ministério e às Secretarias de Saúde.

Enquanto a rede pública míngua, a rede particular e os planos de saúde crescem absurdamente.

Coincidência ou evidência?

Vários hospitais públicos deixam de ser administrados pelo Governo e são doados ou cedidos para uso de entidades cujos dirigentes são, quase sempre, ligados a área da saúde pública.

A Federação, o Conselho, a Associação e o Sindicato dos Médicos assistem ao jogo de interesses de uma parcela de seus filiados, em sacrifício daqueles que trabalham em hospitais e postos médicos e recebem baixos salários.

A CPI dos medicamentos instalada na Assembléia Legislativa e a CPI da verba da saúde, a ser instalada, trarão ao público a confirmação de minhas denúncias e ainda outras coisas graves. A CPI da Câmara dos Deputados que apurou irregularidades nas verbas do INAMPS e, em 23/11/94, aprovou o relatório do Deputado Jackson Pereira, com conclusões escabrosas sobre o desvio do dinheiro da saúde em todo o Brasil e em Minas Gerais, apurou que, em quase 28 hospitais e médicos faziam cobranças indevidas e reutilizavam material descartável. A CPI foi arquivada. Venceu a "máfia de branco". As denúncias que fiz contra os maus médicos, as reafirmo. É minha obrigação e minha função fiscalizar e lutar pelo bem-estar da população.

Os documentos e as denúncias que possuo, como esses que aqui estão, dando uma idéia do que acontece com a máfia médica, entregarei no fórum apropriado.

A precariedade do atendimento nos hospitais e postos médicos públicos e o atendimento da população nos hospitais privados credenciados pelo SUS e nos hospitais entregues pelos governos às entidades filantrópicas confirmam o descaso com a saúde da população.

O governo e os políticos têm culpa? Muita. Mas e os médicos que ocupam todos esses cargos de confiança e são responsáveis pela política de saúde?

Acredito que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha colocado um economista e administrador no Ministério da Saúde por descomprometimento com as irregularidades e possuir credibilidade. Esperamos que essa atitude continue a ser adotada por outros Governos".

Sr. Presidente, temos tempo para dar um exemplo curto, do que acontece, da bandalheira, por parte de alguns médicos, repito - por parte -, porque há muitos honestos e honrados. Agora, o que tem de bandidinho e bandidão vestido de branco, com diploma de médico e atrás de quem ninguém vai, para cassá-los. As denúncias morrem nos Conselhos sem serem julgadas.

Está aqui um caso, de um ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina, que assaltou a Prefeitura de Brumadinho, quase vendendo um hospital-fantasma, em conivência com o último Prefeito, o Sr. Tonic da Bruma. Fizeram uma falcatura de todo tamanho para vender um hospital-fantasma para a Prefeitura.

Hospital-fantasma, porque o que venderam foi meia dúzia de instrumentos e tudo está aqui comprovado: atas do Conselho de Saúde, aprovando que deveriam ser feitas as formas de pagamento, pelo atendimento à população. Notas fiscais de serviços prestados à população, falsificadas por médico, Presidente do Conselho de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, a documentação está em meu poder, à disposição dos médicos desta Casa. Está aqui, falsificada por um médico. Então, quando digo que temos bons e maus médicos, queria só dizer que os que estão arrepiando são os bandidos e vão arrepiar muito mais. Porque o que vem por trás disso aqui é coisa grossa. Hoje, na própria CPI, conseguimos começar a acabar com o emaranhado de que os medicamentos falsos vendidos em Belo Horizonte eram direcionados por médicos, para que as pessoas os encontrassem na Dinâmica, que vendia os medicamentos falsos, e hoje o seu proprietário se encontra preso no Estado de São Paulo. Isso mostra, inclusive, a evolução dos procedimentos jurídicos e policiais daquele Estado, que estão em muito à nossa frente, porque conseguiram buscar o mocinho aqui, em Belo Horizonte, e devem achar uma cova muito mais profunda do que a que vem acontecendo na saúde.

Sr. Presidente, jamais ocupei esta tribuna para falar alguma coisa que não pudesse provar. Está aqui. Tem bandido? Tem. Tem muito médico honrado? Tem, mais até do que bandidos. Mas que tem bandidos e que tem "máfia de branco" que está matando a população, tem. E não é notinha, não é bandalheira, não é pressão de médicos safados, sem-vergonhas, que fazem o que fizeram com a Prefeitura de Brumadinho, com uma prefeitura de poucos recursos, que vai desmentir isso. Eles são apoiados por entidades que se dizem sérias. Está aqui a prova do roubo: "O ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina assaltou a Prefeitura de Brumadinho." Assaltou literalmente. Isso está aqui. Querem publicar mais nota? Vamos lá, eu as utilizarei como direito de resposta, que é um direito de qualquer cidadão. E quero dizer que não tenho medo da "máfia de branco". Queria que os bonzinhos, que hoje se omitem, ao não entregar essa corja de bandidos, travestidos de médicos, verdadeiros charlatões vestidos de branco, nos ajudassem nessa hora a apurar e depurar essa parte podre da medicina do nosso País. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Deputado Geraldo Rezende, que hoje exerce a Presidência, Srs. Deputados, a nossa passagem por esta tribuna, a qual espero seja rápida, é para tecer alguns comentários. Primeiramente, queremos dizer que ouvimos com atenção a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Raul Lima Neto a respeito de um projeto de lei que tramita nesta Casa. Não queremos entrar no mérito da questão, que deve ser dirimida pela Mesa Diretora, queremos, sim, apoiar integralmente o Deputado Raul Lima Neto num projeto de lei que pode até parecer desprezível, mas ele é desprezível para os poderosos que circulam de avião, de jatinhos e de helicóptero em campanhas políticas e que se dizem defensores do povo. O projeto de lei do Deputado Raul Lima Neto pode ser um projeto aparentemente inócuo para aqueles que andam de carro importado, que possuem frotas de veículos, mas nós, que também andamos de automóvel novo, mas que já andamos de ônibus, ficamos revoltados, porque muitas cobranças são feitas por concessionários de terminais rodoviários. São cobranças feitas em postos e paradas de ônibus nas estradas, nas rodovias mineiras e brasileiras, que são verdadeiras agressões, verdadeiros assaltos aos usuários dos transportes coletivos, aos cidadãos pobres, que andam de ônibus.

Esta Casa, que em época de eleição corre atrás do voto do pobrezinho, do desprotegido, daquele que anda de ônibus, deveria estar atenta para um projeto dessa magnitude. Estamos de pleno acordo com o Deputado Raul Lima Neto sobre a isenção de cobranças, mesmo que isso demande disputas judiciais no Supremo Tribunal Federal. Precisamos levantar nossa voz para defender aqueles que não têm voz, para gritar contra os poderosos donos de ônibus, de postos de gasolina e restaurantes de beira de estrada, que exploram os usuários de ônibus.

Considero demagogia ficarmos, muitas vezes, fazendo propaganda eleitoral na televisão, no rádio, em "outdoors" caríssimos, chamando o eleitor de massa, o eleitor desprotegido, e na hora de nosso compromisso aqui, na Assembléia Legislativa, ignorarmos esse cidadão que não tem direito a voz e não tem a quem reclamar. Este é o meu posicionamento inicial.

Em segundo lugar, falaria sobre o discurso do nobre Deputado Irani Barbosa. Gostaria de falar com tranquilidade, pois somos signatários do requerimento que pediu a CPI dos medicamentos falsificados. Estamos com a consciência tranquila e com a isenção de ânimo necessária para dizer que não estamos amedrontados com a CPI para averiguar a falsificação de medicamentos, quando o Deputado diz ter provas contra a "máfia de branco". Acho que é dar um tratamento pejorativo a toda uma categoria profissional que labuta nos hospitais brasileiros. Fico preocupado quando querem incriminar a classe médica. Não diria em seu todo. Muitas vezes o Deputado Irani Barbosa diz que, na verdade, é uma minoria, uma minoria de gente que não presta. Gente ruim existe em todas as categorias profissionais, em igrejas e nos mais variados segmentos da sociedade. O Deputado Irani Barbosa ressalta essa classe de banditismo na medicina, que é exercida por uma "máfia de branco". Gostaria que fosse retirado esse estigma de "máfia de branco", porque sabemos que a saúde brasileira é sustentada por uma maioria de médicos que trabalham em postos de saúde, em postos de atendimento público, em plantões de hospitais, sustentando essa farsa que se chama Sistema Único de Saúde. Os testas-de-ferro disso tudo são os médicos que representam 70% da classe, que se constitui de uma grande maioria de assalariados. Dos médicos brasileiros, 70%, hoje, ganham salários inferiores a R\$2.000,00. Pasmem Sr. Presidente e Srs. Deputados, pasmem todos os que nos assistem, o desprestígio da classe estigmatizada de "máfia de branco", que é formada por uma minoria de médicos que se apropriam indevidamente de serviços profissionais dos próprios médicos, que se apropriam de serviços do nosso Sistema Único de Saúde. Só discordo do nobre Deputado Irani Barbosa quando diz que a rede pública cada vez mais define e que cada vez mais crescem os planos de saúde. Concordo apenas do ponto de vista filosófico e ideológico com as abordagens do nobre Deputado, porque assistimos hoje à entrega do nosso País a esse capitalismo perverso, usurário, que toma conta do nosso planeta, por meio da globalização da economia, globalização essa que chega à saúde, apropriando-se dela por meio dos planos de saúde, que vêm enganar a população, os seus usuários, os seus beneficiários e, ao mesmo tempo, explorar a maioria dos médicos e uma equipe multiprofissional de saúde, como enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais. Esses planos de saúde vêm enganar, usurpar e roubar os salários de profissionais honestos, da nossa categoria médica e das outras profissões interdisciplinares que labutam com a classe médica.

Estou muito preocupado com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou preocupado com a ingerência do capitalismo perverso, dessa agiotagem internacional e desse cassino global, que invade os países pobres, chamados de emergentes. Mas não são emergentes nada, são países do Terceiro Mundo. E esse capital vem explorar essa nossa fatia importante da sociedade na área da saúde.

Estou preocupado também com a exploração da educação, com essa exploração que abrange vários setores desses países desqualificados. É essa preocupação que trago à tribuna, deixando bem claro, nobre Deputado Irani Barbosa, que as minhas ponderações não são diferentes das suas. Sou signatário do seu pedido que solicita a CPI. Estou preocupado com essa exploração da classe médica por médicos mais poderosos, que são testas-de-ferro de setores do capitalismo que exploram a classe médica.

Acredito que as nossas preocupações estão entrelaçadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Irani Barbosa. São preocupações que têm procedência. Só peço clemência a V. Exa., quando se dirige à nossa categoria médica, para que não transborde injúrias em relação a uma classe estigmatizada como "máfia de branco". Gostaria que V. Exa. deixasse essa expressão para aqueles médicos mafiosos, que sei que existem. Sei que V. Exa. está preocupado em punir aqueles que entram na falsificação de remédios. Mas a falsificação de remédios não é somente atividade de médicos; nisso há outros setores envolvidos. Peço a V. Exa. que vá fundo na sua Comissão, que investigue e deixe claro para Minas Gerais e para o Brasil que Minas tem uma Assembléia Legislativa operante, atuante e transparente, que vai fundo nas suas CPIs, como aconteceu na CPI dos Presídios, que desagradou alguns, mas mostrou a verdadeira face do que existe no sistema carcerário. Esta Assembléia, que fez a CPI do Garimpo, faz agora a CPI dos Medicamentos Falsos.

Não discordamos de V. Exa., mas pedimos a V. Exa. que não realce tanto o papel do médico envolvido, dando uma conotação de "máfia de branco", que injuria a nossa profissão. Que V. Exa. procure realmente desvendar os lados podres de tudo, porque isso é de interesse nosso, dos profissionais da saúde e da sociedade mineira e brasileira.

Deputado Raul Lima Neto, que agora retorna ao Plenário, já fizemos as ponderações devidas a respeito do seu projeto de lei, que aqui enaltecemos.

V. Exa. está de parabéns, e repito, de parabéns, porque V. Exa. faz um excelente trabalho. Nas minhas andanças por este Estado, quando me perguntam se existe bancada evangélica na Assembléia, digo que a bancada evangélica tem em V. Exa. um lídimo representante, pois, como evangélico, V. Exa. enxerga o mais humilde, como Jesus Cristo. V. Exa., com muita propriedade, apresenta esse projeto que isenta da cobrança de taxas de exploradores, como os concessionários de terminais rodoviários, seja do poder público, seja do capital privado, os indivíduos desprotegidos, que chegam com toda a sua família e não têm como pagar os R\$50,50 para que todos possam usar os sanitários de uma estação rodoviária ou de um ponto de parada de ônibus. Parabéns, Deputado Raul Lima Neto, por seu projeto, e não entro no mérito da questão a ser dirimida pela egrégia Mesa Diretora da Assembléia Legislativa.

O Deputado Carlos Pimenta - Deputado José Braga, que preside, nesta tarde, a reunião, senhoras e senhores, caros colegas Deputados, gostaríamos de abordar um assunto que tem nos trazido uma preocupação muito grande, principalmente para nós, que residimos no Norte de Minas e trabalhamos pela região. Antes de abordar o tema da seca que está nos matando e tirando a esperança do Norte mineiro, gostaria de abordar o assunto levantado pelo Deputado Irani Barbosa, o qual foi comentado, posteriormente, pelo Deputado Marco Régis.

O Deputado Irani Barbosa traz hoje, de forma concreta, acusações contra parte da classe médica, contra os que usam e abusam, muitas vezes, do cargo que ocupam, para levar vantagens, esquecendo-se de seus compromissos e ideais. Por ser, médico e membro da Comissão de Saúde desta Casa, sempre combati essa posição do Deputado Irani Barbosa e sempre lhe disse para não generalizar quando abordasse esse tema e para trazer provas concretas para o povo de Minas Gerais. Esta tribuna, por si só, tem uma responsabilidade muito grande, e, por isso, não cabe, deste local, usando deste microfone e da prerrogativa que temos como parlamentares, fazermos acusações infundadas e, até certo ponto, irresponsáveis. Quando qualquer parlamentar, de qualquer partido, vier a esta tribuna, ele tem que estar bem fundamentado, com provas concretas, porque senão estará sendo hipócrita e explorador de momentos políticos.

Queria ressaltar, também corroborando o que o Deputado Marco Régis disse, que a maioria da classe médica deste Estado é honrada. A grande maioria dos médicos de Minas Gerais é explorada e honrada e presta um grande serviço à população de nosso Estado, principalmente aos mais simples e humildes. O médico do interior, caro Deputado Irani Barbosa, tem que fazer as suas vezes e as vezes do Governo, que, muitas vezes, é omissão. Também sei o que sofre o médico da Capital, que, muitas vezes, é obrigado a acumular dois ou três empregos para ter uma renda digna, compatível com a posição que ocupa e com a responsabilidade que tem: cuidar do povo do nosso Estado. Essa responsabilidade, diversas vezes, não é assumida pelos Governos.

Hoje, dou a mão à palmatória, pois creio que V. Exa. deve apresentar essas acusações de forma oficial, a fim de que as responsabilidades sejam apuradas. Gostaria que V. Exa. ressaltasse o trabalho da grande maioria dos médicos, que os deixasse fora de suas acusações, fora dessa máfia que V. Exa. diz existir, porque são pessoas que merecem e que honram a profissão que abraçaram. Coloco a Comissão de Saúde à disposição para que essas acusações sejam oficializadas e para que as providências necessárias possam ser tomadas.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte)\* - Gostaria de dizer que quem generalizou as minhas acusações foram o Conselho Regional de Medicina, a Associação Médica e o Conselho Federal de Medicina. Eu disse que por trás de um falsificador de guias do SUS sempre existe alguém vestido de branco. Eles devem estar mal politicamente nas suas entidades e

fizeram tais declarações. No entanto, o tiro saiu pela culatra. Hoje, tenho recebido as mais dignas manifestações por parte de médicos e de pessoas que trabalham na área da saúde, porque encontraram, pela primeira vez, alguém com a coragem necessária para enfrentar a bandalheira de alguns, que acaba se generalizando.

Isso também acontece na classe política. No entanto, quando um político é chamado de ladrão, de safado, de desonesto, pertencente a uma classe corrupta, não sou atingido, porque sempre deixei a generalização para aqueles que usam o cargo para bandidagem, para safadeza e para locupletação.

Jamais acusei a classe médica. Disse, sim, que várias entidades são utilizadas. Durante o período em que o Sr. Adib Jatene foi Ministro da Saúde, as operações de coração foram remuneradas de forma semelhante às particulares. No entanto, o pagamento de outras operações, que, em sua maioria, são feitas em pessoas carentes, é uma mixaria. Os médicos que trabalham na saúde pública recebem pouco e, às vezes, precisam trabalhar em até oito empregos para conseguirem sobreviver e sustentar suas famílias.

Portanto, quero a depuração desse sistema para que seja digno e honrado. Assim, os médicos poderão ter orgulho de sua profissão, a população poderá ter orgulho de ser atendida decentemente, acabando com esse atendimento diferenciado entre os setores público e privado, como acontece hoje. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - O seu aparte foi importante no meu pronunciamento, mas volto a insistir que estaremos nesta tribuna todas as vezes em que a classe médica for atingida, porque entendemos que o médico é um explorado neste País, é um explorado pela forma como os serviços de saúde são oferecidos à população. Gostaria também de dizer que o fórum natural para receber as denúncias feitas por V. Exa. é a Comissão de Saúde, pois nós, membros dessa Comissão, não nos furtaremos em analisá-las.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Norte de Minas tem enfrentado a pior seca dos últimos 30 anos. Quero fazer a leitura de alguns dados estaremcedores, a fim de que a pessoa que, muitas vezes, não tem acompanhado ou finge acompanhar o drama daquela parte de Minas Gerais, aliás, da metade de Minas para cima, possa sentir na pele o que realmente está acontecendo. Segundo dados da EMATER, 670 rios e pequenos córregos secaram. Estamos listando todos os rios e córregos que já secaram naquela região.

Hoje, praticamente 80% desses 92 municípios, se não houver uma reposição das águas subterrâneas e mesmo das águas de superfície ou, trocando em miúdos, se não chover dentro dos próximos 30 dias, 80% das cidades não terão água para poder matar a sede da população. Dos atuais 92 municípios, 40 já estão sendo servidos pelos caminhões-pipa, que são aqueles que passam dia sim, dia não, na porta da casa do cidadão, colocando água dentro de um tambor que fica dentro de casa.

Gostaria de chamar a atenção para 3 municípios: Botumirim, Cristália e Itacambira, que são 3 municípios na divisa do norte com o Jequiinhonha, às margens de um rio que nunca, em toda a história do Norte de Minas, secou, que é o rio Itacambiraçu, e que hoje já está praticamente cortado, suas águas não estão correndo, e isso está levando a população desses 3 municípios ao desespero. Já morreram ou foram vendidos para outras regiões 90% do rebanho bovino do Norte de Minas. Nossa agricultura, que é de subsistência, já perdeu praticamente 100%, não há nenhuma agricultura do Norte de Minas, mesmo de subsistência, que esteja matando a fome das pessoas do Norte de Minas. Uma das medidas mais drásticas que os Prefeitos vêm tomando é comprar tambores. O Prefeito de Botumirim adquiriu 300 tambores, colocados na porta das casas, sítios e fazendas para serem servidos com água de caminhão-pipa. A situação é desesperadora, não pode ser adiada uma posição mais enérgica e contundente por parte dos Governos estadual e federal.

Quero ressaltar, por outro lado, as medidas que foram tomadas, e tomadas a tempo, pelo menos para minimizar um pouco essa situação, pelo Governador Eduardo Azeredo. Em primeiro lugar, as frentes de trabalho. Essa é a única medida que tem matado a fome do povo do norte de Minas, são 43 mil empregos. O engraçado é que parte das oposições usam as frentes de trabalho para fazer críticas ao Governo do Estado e ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo que é uma medida politiqueria, tomada momentos antes das eleições. É óbvio que essa medida tem que ser tomada agora, o ideal seria que não precisássemos contratar essas frentes de trabalho. O trabalhador trabalha 3 dias por semana, recebe R\$80,00 por mês e uma feira para dar assistência à sua família. É a única forma que esses 43 mil trabalhadores estão tendo para matar sua fome e a de seus familiares.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (Em aparte) - Faço parte das oposições que fazem crítica ao Governo pela forma como ele está fazendo a aplicação de recursos na frente de trabalho, não no sentido de combater a fome e a miséria daquela população. Uma pergunta que fica para V. Exa. e para o próprio Governo: o dinheiro que está sendo gasto, que não é só para combater a fome, mas também para gerar trabalho - e trabalho deve produzir alguma coisa - em que está esse dinheiro resultando, efetivamente, para superar o problema que existe naquela região?

Recentemente fui a São Francisco e vi gente que precisa de trabalhar, sem dúvida, mas estavam varrendo ruas poeirentas, ruas de terra, cujo trabalho está absolutamente sendo desperdiçado. O que vemos é que não estamos no momento de desperdiçar trabalho, mas de utilizá-lo em favor da superação dos problemas permanentes do nordeste e da seca, para não permitir que a indústria da seca perpetue. Entendo que os milhões de reais que estão sendo destinados às frentes de trabalho deveriam resultar, efetivamente, em obras capazes de permitir a superação desse problema.

O Deputado Carlos Pimenta - Deputado Adelmo Carneiro Leão, concordo em parte com o seu pronunciamento, porque acho que as medidas devem ser duradouras. Mas quero apenas dizer uma frase a V. Exa.: a pessoa que está com fome não tem condição nem mesmo de amar a Deus. A barriga, quando dói, é a coisa mais terrível que existe. Esses 43 mil empregos assegurados para o Norte de Minas Gerais não estão ocorrendo aqui ou em Uberlândia, que é uma cidade rica, graças a Deus. Essa situação está acontecendo é da metade de Minas para cima, e é, praticamente, a única forma de 99% das pessoas que estão nessa frente de trabalho matar a fome. Agora, se estão varrendo rua poeirenta, fazendo calçamento, limpando beiras de estradas, limpando córregos e ajudando as Prefeituras nos seus planos de trabalho, não deixa de ser uma forma de elas poderem contribuir. Na verdade, Deputado Adelmo Carneiro Leão, esse povo não tem nem condição de trabalho.

Mas também existem os exploradores, Prefeitos, que, muitas vezes, para dar a cesta básica, obrigam a pessoa a trabalhar na Prefeitura, fora da frente de trabalho. Há ainda Prefeitos que empregam secretários e empregadas domésticas das suas casa, nas frentes de trabalho. Essa situação já foi denunciada por mim e pelo Deputado Durval Ângelo. Essas pessoas é que são as bandidas, e não quem está com fome e passando necessidade. Atesto que 99% das pessoas que estão nas frentes de trabalho é porque não têm outra opção de trabalho. Aliás, é a única opção.

Terminando, Sr. Presidente, gostaria de citar também como ação do Governador Eduardo Azeredo as barragens que estão sendo construídas e que têm uma importância fundamental para o Norte de Minas. A construção dessas barragens é decisiva. A COPASA-MG, tão debatida e criticada nesta Casa, tem tido, também uma atuação fundamental na perfuração dos poços.

Assim, gostaria de enaltecer e cumprimentar três pessoas da COPASA-MG que têm ajudado muito o Norte de Minas: O Presidente, Dr. Ruy Lage, o Superintendente para o Norte de Minas, Dr. Reinaldo Teixeira, e o Superintendente, Dr. Manuel Xavier. Esses grandes amigos têm, através da COPASA-MG, ajudado milhares de pessoas, tirando os municípios da situação dramática em que estão. Parabéns, Governador Eduardo Azeredo, por essa ação e por sua responsabilidade e seu interesse pelo Norte de Minas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Raul Lima Neto - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero responder, ou melhor, completar o discurso do companheiro do Norte de Minas, Deputado Carlos Pimenta, que aqui colocou com muita propriedade alguns problemas graves que enfrenta o Norte de Minas e disse que 670 rios secaram naquela região. Alguns deles eram perenes. Por que secaram? O ilustre Deputado disse uma coisa muito importante, talvez sem perceber: se não recolocarmos as águas que estão no subsolo, como repor o volume de água desses rios? Mas eu pergunto: como colocar as águas no subsolo, se a porosidade do subsolo acabou-se, tornando-o impermeável e se o desmatamento irresponsável dos cerrados continua acontecendo, mesmo após o conhecimento pelos proprietários de siderúrgicas de que os cerrados são responsáveis pelo volume de 2/3 das águas de nossos rios? O Norte de Minas talvez, tenha sido, mais que todas as outras regiões do País, a região mais assolada e desmatada para fins de carvoejamento e reflorestamento, que tinham o único objetivo de gerar dinheiro.

Na época, o então Presidente da revolução, João Batista Figueiredo, quando da corrida pelo reflorestamento, fez com que empresas, inclusive italianas, comprassem milhares e milhares de alqueires de terra e desmatassem o cerrado, sem nenhum conhecimento, para plantar eucalipto. O que aconteceu? O terreno tornou-se impermeável porque aquelas arvorezinhas do cerrado são as responsáveis pela porosidade do terreno. Elas fazem com que as águas penetrem até o mais profundo lençol aquífero e mantêm o seu equilíbrio e sua respiração, porque perfuram todo o terreno com suas raízes, inclusive com o famoso filete de raiz das árvores do cerrado, que desce até tocar o lençol freático.

Mas não foi para isso que subi a esta tribuna, embora todas as vezes em que esse assunto é aqui abordado o meu coração fique emocionado, porque é ambientalista por convicção filosófica, pois sei que a natureza é um elemento vivo e que estamos destruindo o nosso meio ambiente em desrespeito à Bíblia Sagrada, que é ambientalista e colocou o homem para cuidar da terra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, ocupo esta tribuna a fim de dizer que estamos encabeçando um requerimento para que se instaure uma CPI para apurar a privatização do BEMGE e os rumores do uso daquela instituição pelo Governo do Estado de Minas Gerais ou por governos anteriores.

Lê requerimento em que solicita seja constituída CPI para, no prazo de 120 dias, apurar possíveis irregularidades no processo de privatização do BEMGE.

A justificação é a que se segue: "Dirigindo-me ao honrado Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. Romeu Queiroz, e aos dignos Deputados que compõem nosso corpo legislativo, apresento-lhes, como justificação, o que o jornal "O Globo" publicou em sua edição de 4/9/98.

A leitura atenta e a reflexão séria clamam por uma CPI sobre a privatização do BEMGE.

Eis, em inteiro teor, o que o jornal "O Globo" publicou. Estamos anexando cópia xerox a este requerimento.

É necessário que fique cristalina a minha postura: não vou debater a filosofia de se privatizar ou não qualquer tipo de instituição. Estou requerendo uma CPI para que se examine a metodologia, os caminhos palmilhados para que se efetive a privatização do BEMGE.

Nem questiono, "a priori", preços e valores. O documento publicado que deu ensejo à extensa reportagem em "O Globo" de 4/9/98, deve ser examinado, analisado, estudado, conferido, comparado e cotejado com outros para que, cristalina, brilhe a verdade. Transcrevo, "ipsis verbis", três assertivas publicadas pelo matutino:

1ª - "O Governo de Minas Gerais usou o Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE para burlar a lei eleitoral, que proíbe publicidade governamental desde 4 de julho deste ano por causa das eleições de outubro." (O grifo é meu.);

2ª - "No segundo pedido, o secretário deixa clara a intenção de driblar a legislação eleitoral" (O grifo é meu.);

3ª - "Até o início da noite de ontem, o Governo de Minas Gerais não havia dado qualquer explicação sobre o caso." (O grifo é meu.).

É esta matéria, em seu conjunto, que desejo que a CPI considere".

Sr. Presidente, chamo à reflexão o povo de Minas Gerais. Até quando suportaremos isso? Até quando nos dobraremos ante os poderes constituídos deste País, especialmente o Poder Executivo, que tem castrado a principal função do Legislativo, que é fiscalizá-lo? Vejam bem, o Governo gastou mais de R\$1.500.000.000,00 para sanear o BEMGE e o vendeu por um terço do que foi gasto. Ora, o BEMGE é uma instituição financeira e nenhuma instituição obtém tanto lucro neste País quanto um Banco. O BEMGE goza, inclusive, algumas prerrogativas que Bancos particulares não gozam. E pergunto: por que esse prejuízo? O povo de Minas não ganhou os R\$500.000.000,00 pagos pela venda do BEMGE, mas perdeu, só no Governo Eduardo Azeredo, mais de R\$1.000.000.000,00, porque mais de R\$1.500.000.000,00 foram investidos para sanear o BEMGE, que foi vendido por um valor em torno de R\$500.000.000,00.

Srs. Deputados, os senhores já perceberam que as instituições mineiras são vendidas irresponsavelmente e que não se presta conta ao povo de como anda a administração dessas instituições. Vejam a Caixa Econômica, vejam o CREDIREAL, vejam, agora, o BEMGE. E sabem por que essas coisas acontecem? Porque frases, frases de líderes políticos mineiros, frases de representantes máximos de poderes, do Poder Executivo de Minas e de outros, ainda ressoam em nosso coração, humilhando, debaixo do sol, o povo mineiro, como essas: "Eu quebro o Estado de Minas, mas elejo o meu candidato". Sim, já se quebrou a Caixa Econômica, já se quebrou o CREDIREAL, já se quebrou o BEMGE. Na verdade, anexamos um documento e essa publicação feita no "O Globo" deixa margem para que se faça uma conjectura de que o BEMGE foi vendido, até pode ser, como queima de arquivo da malversação do dinheiro do povo de Minas Gerais, por uma instituição totalmente subserviente e controlada pelo Poder Executivo deste Estado.

Senhores, o BEMGE deveria dar dividendos para o povo de Minas, e não prejuízo, com a venda que se fez. Saiba bem o povo de Minas: só esse Governo gastou mais de R\$1.500.000.000,00, para vender o Banco por menos de R\$600.000.000,00. Senhores, onde está o dinheiro dessas privatizações, para receber agora, em época de campanha eleitoral? Eu pergunto: onde está o dinheiro da CPMF? A saúde brasileira continua doente. Onde está o dinheiro do aumento do IPVA? Eu vinha de Buritis neste fim de semana, e naquele trecho de Três Marias até chegar ao "trevão" de Paraopeba, vemos que é um verdadeiro crime a situação das nossas estradas. São crateras que derrubam carros. Quantos carros ficam quebrados ou têm os seus pneus furados? Eu mesmo tive os pneus furados mais de uma vez.

O interessante, senhores, é que, quando parei num posto de gasolina, perto de Felixlândia, numa borraçaria, falei: "Que absurdo! Estão acabadas as nossas estradas, mesmo com o aumento do IPVA. Não se cuida das nossas estradas". E o borracheiro, em tom de sátira, mas com muito humor, disse: "Olha, os meus candidatos são o atual Presidente e o atual Governador, porque nunca deu-se tanto lucro para borracheiro quanto agora, porque a estrada inexistente e, conseqüentemente, os pneus são furados e nós faturamos bem. Vou votar nele de novo". É isso o que acontece. Até quando, senhores?

Muitos colegas recusaram-se a assinar, mas já temos 15 assinaturas e a convicção de que mais companheiros, que, cômicos são de sua responsabilidade de fiscalizar o Poder Executivo, irão também questionar e dar uma resposta ao povo de Minas Gerais com relação a essas instituições compradas, adquiridas, firmadas, construídas com o dinheiro do povo, que são vendidas a preço de banana para única e exclusivamente atender aos interesses do Governo. Chega, senhores.

Esta Casa, no cumprimento de seu dever de fazer leis, de defender o povo e de fiscalizar o Poder Executivo, pelo menos com 15 Deputados que aqui assinaram, não se cala ante esse absurdo, esse acinte da República brasileira, repetindo o Governador as atitudes do Sr. Presidente da República, que, também, não presta contas das empresas que privatiza. Mas especialmente a venda do BEMGE deixa para o povo de Minas Gerais um momento de vergonha e reflexão e um clamor por justiça, para que cessem esses políticos que, no interesse de eleger o seu candidato ou o seu partido, pronunciem frases tão hediondas como essa: "Eu quebro o Estado de Minas Gerais, mas não deixo o Dudu perder as eleições." Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, imprensa, quero ser portador de uma nota à população, feita por oito renomados economistas, sobre a situação que vivemos. Essa nota vai ser distribuída. Não constitui uma novidade, mas uma constatação daquilo que estamos vivendo. (- Lê:)

"A atual crise internacional atinge duramente o Brasil. Isso ocorre em função do modelo equivocadamente adotado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. Anunciada e prevista desde dezembro de 1994, quando da falência do México, mesmo assim, o Governo insistiu em ignorar o perigo, recusando-se a tomar as medidas necessárias para resguardar a estabilidade monetária e os interesses do povo brasileiro.

Quando a crise asiática atingiu seu ápice em outubro de 1997, o Governo Federal tomou várias medidas em nome da sustentação da moeda: elevação da taxa de juros, aumento dos impostos e redução dos gastos com programas sociais. Apesar do elevado custo social, tais ações foram insuficientes para evitar a sangria das reservas internacionais iniciada no último mês".

O Governo de Minas adotou uma versão similar do pacote federal, no final do ano passado. As medidas do governo mineiro penalizaram com maior rigor ainda o contribuinte. (- Lê:)

"Foi aumentada a alíquota do ICMS da energia elétrica de 18% para 30%, o IPVA foi majorado em média em 33%, as taxas judiciárias e de segurança pública foram elevadas. Além

disso, tem se desfeito do patrimônio público, comprometendo a capacidade de gestão do Estado, e mesmo assim o problema não foi resolvido.

Preocupa-nos, hoje, a adoção de novos aumentos da taxa de juros que agravarão o problema fiscal, como também o corte nos gastos públicos, que produzirão desemprego e uma redução ainda maior da capacidade do Estado de executar políticas sociais e compensatórias.

Consideramos que tais medidas não garantirão a manutenção e a consolidação da estabilização monetária. Para tanto, serão necessárias medidas que dêem consistência ao equilíbrio fiscal e de balanço de pagamentos, permitindo que se desvincule o financiamento especulativo externo do financiamento da dívida pública interna.

Reafirmamos aqui nossa preocupação com que a saída da crise não signifique mais uma vez recessão e desemprego, e sim a possibilidade de uma vida melhor para os mineiros.

Nesse sentido, apontamos para a urgência da adoção de um projeto que tenha o desenvolvimento regionalizado como centro, gerando emprego, fortalecendo o micro e pequeno empresário e o pequeno e médio produtor rural, promovendo a produção de riqueza e o bem-estar de todos os que vivem em Minas. Assinado: Fernando Pimentel, Maurício Borges, Júlio Pires, Gustavo Adolfo Vasconcelos, Otávio Camargos, Cláudio Gontijo, Fabrício Augusto de Oliveira, Hugo Cerqueira". Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

##### Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Antônio Lacerda Filho. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

##### Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Edilson Geraldo Ribeiro. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

##### Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Antônia Seidler Kohnert Gontijo Teixeira. Objeto: prestação de serviços de assistência fonoaudiológica. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura.

##### Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Carla Souto Bahillo Neves. Objeto: serviços de fonoaudiologia. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Assinatura: 15/9/98.

##### Termo de Credenciamento

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Hamilton Nalli, João Batista Rocha e Waldemar Henrique Fernal. Objeto: assistência médica. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Assinatura: 15/9/98.

##### Termo Aditivo

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciados: Margaret Álvares da Silva Murta, Wagner Lemos Alvim, Kátia Maria de Castro Guimarães, Lucas Guimarães de Menezes, Marcelo Teixeira da Costa Filho, Luiz Henrique Moreira Marinho, Adélio Pimenta Macedo, Celso de Oliveira Neves, Flávia Notini de Carvalho, Januário Martins Neto, Luiz Sávio da Silva Araújo, Luiz Henrique Maia Santiago, Mara de Cássia A. Ferreira, Marcelo Henrique Mascarenhas, Maria Lúcia C. Miranda Teles, Sandra Maria Alves de Andrade, Vanessa Maria C. P. da Silva Vieira e Beatriz Camargos Fabel. Objeto: assistência odontológica. Objeto do aditivo: alteração. Vigência: a partir da assinatura. Assinatura: 18/9/98.